

## O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres

Norma Valencio<sup>1</sup>  
Arthur Valencio<sup>2</sup>

**Resumo:** Os estudos sociais, no tema de desastres, têm recorrentemente demonstrado que há formas impróprias, de certos atores, em lidar com as vítimas. A partir de um panorama sobre a diversidade de atores, que podem estar implicados em um desastre, este estudo sociológico focaliza dois aspectos principais deste problema: a diversidade de características de sofrimentos das vítimas; e as interações sociais, que resultam em assédio das mesmas. As interações foram analisadas a partir de três grupos de atores: técnicos em emergência, organizações humanitária e similares e, por fim, meios de comunicação de massa. Com base em revisão de literatura sobre ocorrência de desastres, em uma abordagem social, são delineados *frameworks*, que permitem visualizar o conjunto de conexões. Tais conexões podem auxiliar na compreensão, tanto das relações sociais complexas entre diferentes formas de sofrimento, quanto no que se refere à identificação de circunstâncias de assédio, às vítimas de desastres.

**Palavras-chave:** mídia de massa; sofrimento social; dor moral; desastres; crises.

**Abstract:** Social studies about disasters have repeatedly shown that inappropriate forms of certain actors dealing with victims persist. From a panorama on the diversity of actors that may be involved in a disaster, this sociological study focuses on two main aspects of this problem: the diversity of characteristics of the victims' suffering and the social interactions that result in their harassment. The interactions analysed are with three groups of actors: emergency technicians, humanitarian organizations, and finally, mass media. Based on a review of literature about disaster occurrence, in a social approach, it is outlined frameworks that allow to visualize the set of connections. Such connections may help to understand both the complex social relationships between different forms of suffering and the identification of harassment circumstances which the disaster victims suffer.

**Keywords:** mass media; social suffering; moral pain; disasters; crises.

---

<sup>1</sup> Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Atua como Prof. Sênior na UFSCar junto ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Apoio FAPESP, proc. 17/17224-0, CNPq, proc. 310976/2017-0. E-mail: <norma.valencio@ufscar.br>.

<sup>2</sup> Doutor em Física afiliado ao Institute for Complex Systems and Mathematical Biology (ICSMB) da University of Aberdeen, Reino Unido. Apoio: CNPq, proc. 206246/2014-5 (Associate student PhD). E-mail: <arthur\_valencio@physics.org>.

## Introdução

O sofrimento social é aquilo que, em essência, define um desastre. Os membros da coletividade, que vivenciam tal processo, experimentam variadas manifestações de dor física, psíquica e emocional, as quais deflagram diferentes tipos de perturbação, no ritmo e no sentido de suas vidas. Além das interações sociais não usuais entre as vítimas, que os desastres suscitam -premidas que são a sair de suas preocupações cotidianas atomizadas e lidarem prioritariamente com uma situação crítica em comum-, outras interações imediatas e inesperadas vão surgindo. Algumas das quais evoluem de maneira inoportuna para as vítimas. Trata-se daquilo que, com base na discussão de Sennett (2004), sobre a 'fadiga da compaixão', denominaremos como sendo um tipo de assédio cometido pelos que se consideram bem-intencionados. Isto é, terceiros que, em vista de disposições para anteparar as vítimas ou do poder circunstancial que exercem no contexto da crise, passam a constrangê-las e, por conseguinte, afetam diferentes aspectos da sua dignidade.

Diante a ocorrência de um desastre, sobretudo os que são reportados como uma calamidade pública ou catástrofe, certos atores se veem compelidos a estar presentes na cena, seja para propiciar resposta institucional, em prol das vítimas, para oferecer-lhes algum conforto, como também para reportar aspectos do episódio trágico a um público externo. Nesse sentido, a sua presença implica duas expectativas, a saber: a de que a mesma seja percebida pelas vítimas e, então, a de que haja uma reação positiva das mesmas a tal circunstância de encontro. Dentre tais atores, destacam-se três: os técnicos que atuam na emergência, as organizações humanitárias ou associações e movimentos congêneres e, por fim, os meios de comunicação. Cada qual vem imbuído de uma preconcepção do que seja um desastre, de como as vítimas devam se comportar diante a situação e quais as necessidades das mesmas, o que fundamenta o seu papel complementar e destacado de provedor, cuidador, organizador ou intérprete dos acontecimentos nos processos de reabilitação e de difusão das notícias sobre aquele drama. Uma nova biopolítica pode estar emergindo para diferentes atores lidarem com vítimas de desastres, degradando-as ainda mais (MARCHEZINI, 2014). Nesta biopolítica, o

tempo social das vítimas passa a ser configurado por exigências alheias, dos que atuam desde a concepção vigente do problema, ao estabelecimento das regras de atendimento aos seus direitos mínimos vitais.

É fato que a vivência de um desastre pode contribuir tanto para a coesão das vítimas, quanto entre estas e aqueles que vieram ao seu socorro, fortalecendo o sentido de *communitas* (TURNER, 2012). E, ainda, que há uma profusão de iniciativas de vítimas de diferentes desastres, no Brasil e em outras partes do mundo, para enfrentarem as situações de vilipêndio e reivindicarem direitos, garantirem espaços de debate e de cuidado, assim como ocasiões em que encontram apoio de instituições que endossam tal protagonismo, na forma de associações, movimentos, mobilizações, audiências públicas e afins (VARGAS, 2013; SILVA, 2015; ANTONIO, 2016; LOSEKANN, 2017). Contudo, os estudos sobre o tema também têm chamado a atenção para a persistência de práticas de abordagem às vítimas, nas quais, ambigualmente, as mesmas são colocadas em foco, ao mesmo tempo em que são enquadradas em narrativas e em práticas que as desqualificam socialmente e ampliam, nessa perspectiva, o seu sofrimento no percurso de vivência da crise aguda (DAS, 1995; BULLARD, 2006; VALENCIO, 2012; SIQUEIRA, MALAGODI, 2013; SIENA, 2014). Uma vez que essas práticas não têm um caráter residual e, ao contrário, são ainda prevalentes, convém indagar: *Que diferentes manifestações de sofrimento específico podem haver entre as vítimas de desastres? Que conexões estabelecem na composição de um sofrimento coletivo? Quais modos de interação social com atores externos suscitam dor moral nas vítimas de desastres?*

Através de uma perspectiva analítica de base sociológica, que focaliza os desastres como um acontecimento social, associado a um evento físico (QUARANTELLI, 2005), caracterizado pelo estresse coletivo subitamente deflagrado (FRITZ, 1961) e que deve ser entendido, simultaneamente, como situação e como processo (VALENCIO, 2013), o presente texto trata sucintamente de nexos entre os diferentes atores implicados em um desastre, assim como as diferentes facetas do sofrimento e da dor moral. Considerando a síntese de resultados de estudos anteriores dos autores, inicia-se com a apresentação de um panorama genérico de atores que participam desse tipo de crise, tanto no grupo social de afetados,

quanto no dos demais, que com os primeiros interagem. Em seguida, com base na integração gradual de contribuições recentes da literatura acerca de distintos aspectos dos percalços pelos quais têm passado vítimas de desastres, elabora-se uma tessitura preliminar do sofrimento individual e coletivo, associada a desastres, através de quadros esquemáticos. Por fim, também apresentando um quadro esquemático, cujo propósito é auxiliar a visualização da referida problemática, a reflexão se orienta para as características das interações sociais que infligem dor moral às vítimas.

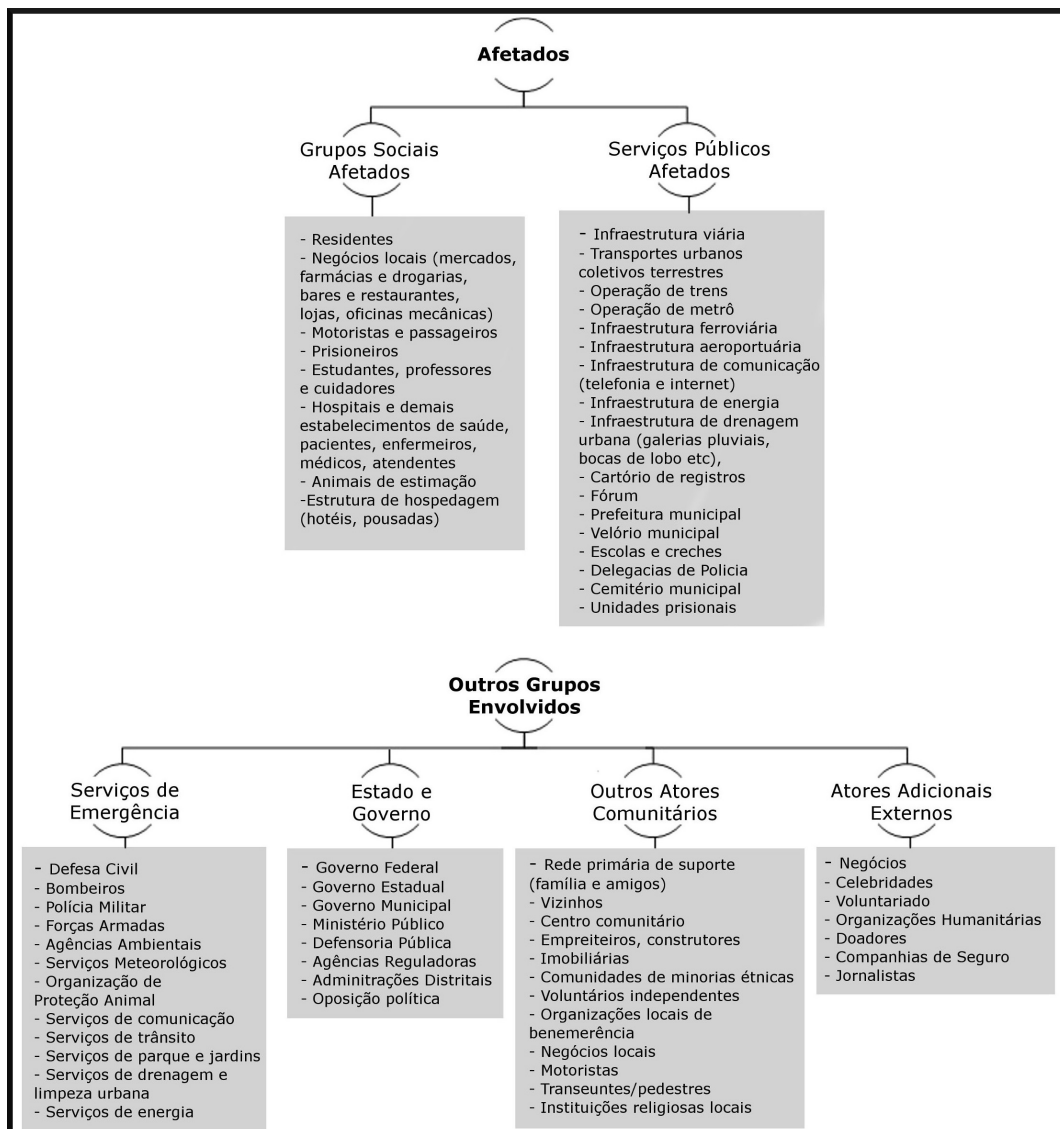
### **Panorama de atores implicados**

Como as demais crises, um desastre entrelaça três aspectos, a saber: o desencadeamento de *fatores de ameaça*, que abalam as estruturas básicas do meio social em que se manifestam; a *urgência* dos atores envolvidos em tomar decisões e providências a respeito; e o *ambiente de incertezas*, em relação à efetividade das ações adotadas. Ou seja, o gestor tem necessidade de decidir rapidamente, sob condições ambíguas, informação incompleta e risco de falhas (BOIN; ELEGREN; RHINARD, 2013), enquanto a sociedade mobiliza seus variados recursos não-oficiais de assistência humanitária, e a mídia de massa, por seu turno, concentra esforços para estar na cena trágica, coletar e concatenar os fragmentos de informações que lhe chega, a fim de compor uma história coerente.

Um processo repentino de desorganização da vida, que suscita variadas manifestações de dor e sentimento de perda, atravessa a vida privada e subjetividades, quando os diferentes grupos afetados se apercebem que seu drama pessoal está enredado ao sujeito coletivo. Isso produz a dimensão pública do desastre como uma situação-limite coletiva, na qual os reveses múltiplos, que atingem inúmeras pessoas, de modo súbito e simultâneo, pedem prioridade no âmbito da agenda governamental. Ademais, não há como as autoridades serem indiferentes, uma vez que há uma variedade de grupos sociais e serviços públicos afetados no episódio, os quais clamam por providências urgentes de resposta. A tessitura de grupos sociais e serviços públicos afetados, assim como de grupos que se mobilizam para assistir aos primeiros (Quadro 1), é consideravelmente

maior do que aquele que teor usual das notícias sobre o assunto tem conseguido capturar (VALENCIO; VALENCIO, 2018).

Quadro 1: Sistema de classificação social de grupos afetados e outros grupos envolvidos em desastres.



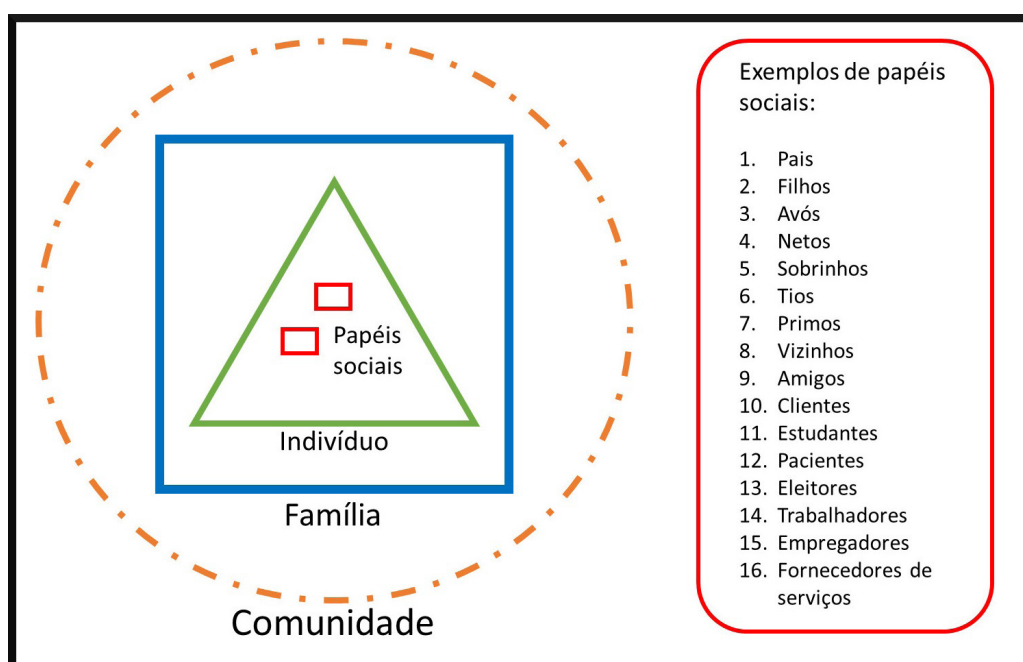
Fonte: Elaboração própria dos autores, baseado em Valencio e Valencio (2018).

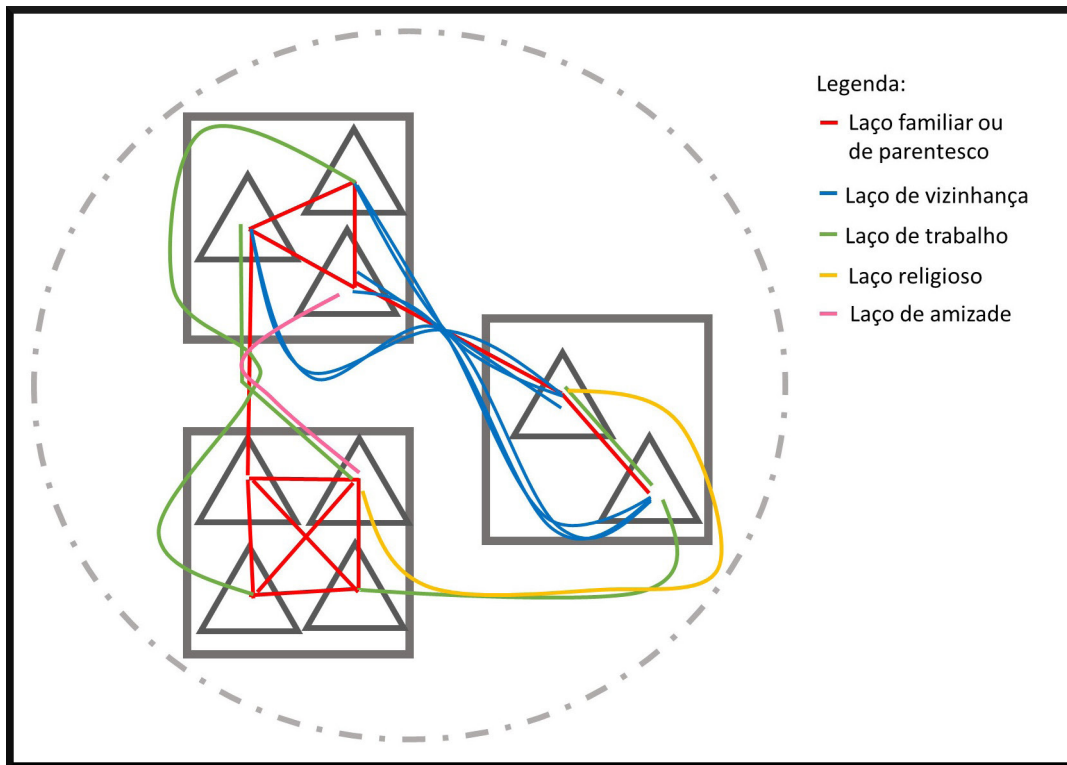
No imaginário social de desastres relacionados às inundações ou aos incêndios urbanos, por exemplo, a figura dos residentes prepondera e, ao seu socorro, vêm os bombeiros, retirando-lhe da cena de perigo. No entanto, há uma gama de características situacionais dos afetados (como a dos pequenos negócios locais, agricul-

tores, passageiros, hóspedes, estudantes, pacientes, cuidadores) e uma diversidade dos que deliberam e/ou operam as providências de reabilitação (no setor de saúde, energia, água, coleta de lixo e outros), o que indica as dificuldades de enredamento de providências urgentes sincrônicas, que precisam ser adotadas no episódio, cada qual, sob uma forma de organização e uma lógica operacional própria.

No que concerne aos residentes, convém enfatizar que essa categoria pode ocultar os diferentes tipos de família, com configurações distintas (de tamanho, etárias, de gênero, de características, de seus eventuais animais de estimação) e de laços entre as mesmas (de parentesco, de amizade, de vizinhança, de trabalho, religiosos) (Quadros 2 e 3). Assim, não raro, as medidas padronizadas, que gestores públicos e organizações de assistência humanitária tomam para reabilitá-las o mais rapidamente possível, se baseiam em estereótipos de família, que não se encaixam em sua constituição e em seu modo de vida. Dessa forma, tais providências resultam em algo desconfortável e inapropriado para muitas delas. Por exemplo, em relação à forma de organização do *layout* de um abrigo provisório, o mesmo pode seguir uma divisão equitativa do espaço, em termos de número de famílias a serem abrigadas, mas que não se coaduna com famílias com diferentes estruturas e com o tipo de vínculo que há entre elas.

Quadros 2 e 3: Nexos de afetação social em um desastre, em três níveis (indivíduo, família e comunidade) e com diferentes tipos de laços entre os indivíduos.





Fonte: Elaboração própria dos autores

## Sufrimentos conectados

Os desastres se destacam pela intensidade como o acontecimento social é experimentado, tratando-se de um *tipping point*, no curso de vida daqueles que estão no centro desta experiência dramática. Uma constelação de ocorrências adversas, individuais ou envolvendo pequenos grupos, vão se manifestando e, na medida em que os membros da comunidade vão tendo contato uns com os outros, os seus apuros vão se entremeando e compondo um quadro trágico coletivo, que tanto pode evoluir de uma crise aguda para situações de plena recuperação, quanto vir a se tornar crônica, debilitando os sobreviventes e os meios materiais sobrantes.

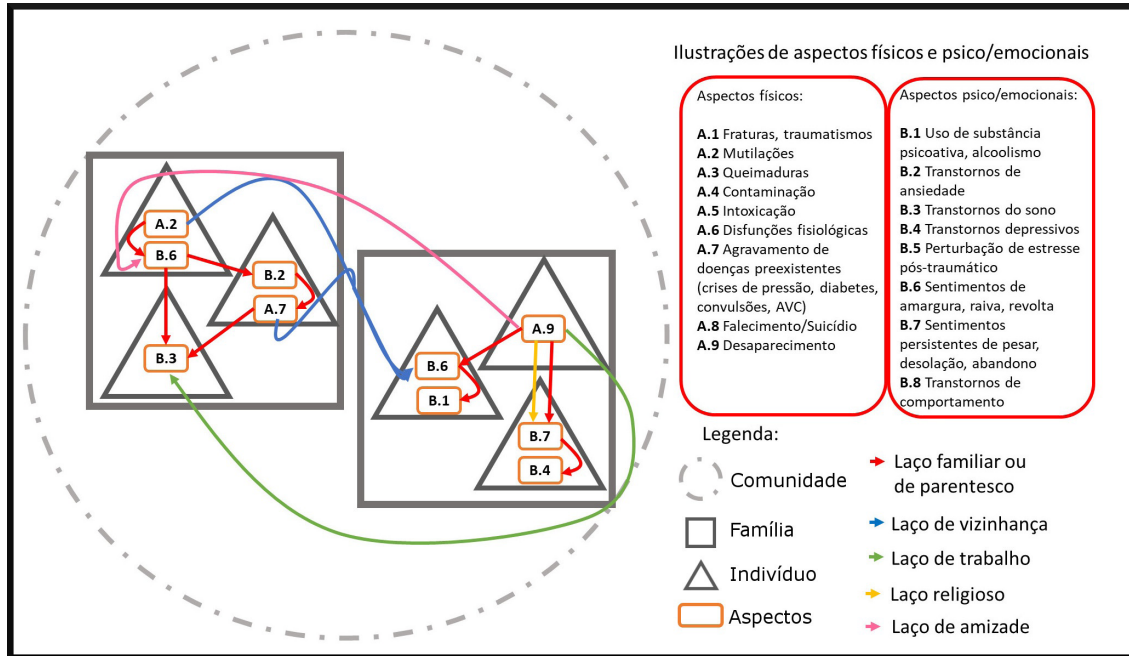
No plano individual, antes mesmo das perdas materiais, econômicas e simbólicas havidas -e, por vezes, em razão das mesmas-, há questões de riscos de comprometimento da integridade da pessoa, no referente a aspectos físicos e mentais. Em termos físicos, há os que perdem a sua integridade corporal, devido a ferimentos e traumatismos, fraturas, mutilações, queimaduras, contaminação,

intoxicação e afins, o que exige a presença de serviços de urgência para evitar maiores complicações em seu estado de sua saúde (MARRES *et al*, 2011; MARJANOVIC; STRUTHERS; GREENGLASS, 2012); os que são levados a óbito de imediato, devido à severidade do seu confronto com um dado fator de perigo, a inabilidade para escapar, a tentativa de resgatar outrem ou um objeto de valor, assim como os que falecem após intenso sofrimento *in loco* (MORGAN, 2006; VALENCIO, 2014); os que restam desaparecidos, sem que se saiba o paradeiro de seus restos mortais, no contexto de devastação, quiçá evidências da luta travada pelos mesmos, na tentativa de se manterem a salvo, ainda que por algum tempo e sem sucesso (VALENCIO, 2012).

Em termos psíquicos e emocionais, as manifestações de sofrimento podem envolver: transtornos de ansiedade e de depressão, devido à separação involuntária da família ou às perdas materiais significativas, não havendo perspectivas de reposição; ao abuso de ingestão de álcool e de substâncias psicoativas; os transtornos de comportamento; a distúrbios do sono e tentativas de suicídio (FREDDY; SIMPSON, 2007), entre outros. E há o luto, que se processa como um pesar infindo pelo ente familiar falecido e pelo falecimento simultâneo de vizinhos, amigos, colegas, esparramando desolação por toda a comunidade (TORLAI, 2010; FRANCO, 2012). No caso de falecimento familiar, por vezes, a vida de mais de um membro da família é ceifada no episódio. Embora se tratem de distintas dimensões de sofrimento, elas podem estar conectadas no âmbito da experiência de um mesmo indivíduo, isto é, danos físicos e psíquicos podem se entremear; por exemplo, a mutilação havida lhe suscita transtornos depressivos. E, de outra parte, conexões entre diferentes tipos de sofrimento físico e psíquico podem se estabelecer entre os membros de uma mesma família, entre as famílias e seus respectivos membros e perfazer um sofrimento difuso, por vezes, inexprimível, que abate toda a comunidade (Quadro 4). As conexões sociais, entre as diferentes expressões de sofrimentos que tomam os membros de uma comunidade, acionam novos sentidos coletivos, que demarcam uma fronteira emocional, social e espaciotemporal com coletividades outras, ao derredor, cujo ritmo, preocupações e condições objetivas para seguir a vida cotidiana permanecem estáveis.



Quadro 4: Exemplificação de nexos hipotéticos entre diferentes expressões de sofrimento em um desastre.



Fonte: Elaboração própria dos autores

Devido aos vínculos afetivos e de consideração preexistentes que as vítimas tenham umas com as outras, as formas específicas de sofrimento de uma delas podem ser transmutadas em outro tipo de sofrimento para as demais, sobretudo quando há papéis sociais complementares implicados. Ao nos referirmos às situações hipotéticas abaixo, intentamos salientar que um problema pontual, e mais facilmente caracterizável pelos diferentes especialistas (médicos, nas diferentes especialidades, psicólogos, psiquiatras e outros), pode se tornar um problema relacional menos aparente, até se tornar uma questão difusa, que atravessa toda a coletividade, em algo que ela não consiga, sequer, por em palavras, quando é requerida a fazê-lo. Por exemplo: podem haver nexos entre o falecimento e/ou desaparecimento de estudantes na catástrofe e transtornos de ansiedade nos seus colegas sobreviventes mais próximos e em seus docentes, caso não se sintam psicologicamente resilientes para lidar com a ocorrência; paralelamente, novos estressores, desencadeados pelos gatilhos ambientais -como a convivência com destroços e escombros do lugar, que vão sendo tomados pela vegetação, e omissão pública das providências de reparação material, que indicam o abandono social das vítimas- podem resultar em distúrbios do sono

e induzir tentativas de suicídio. Ou ainda, situações nas quais um indivíduo pode passar a fazer uso abusivo de álcool, para o qual já apresentava predisposição, como um modo de lidar com suas sensações incontidas de raiva e frustração, em virtude do desaparecimento de um membro de sua família, pela mutilação de um dos seus vizinhos e agravamento do estado de saúde de outro com quem mantém vínculo de amizade. Em outra família, alguém passa a sofrer de transtornos do sono, devido ao desaparecimento de um colega de trabalho, ao mesmo tempo em que tem que lidar com a amargura de um familiar que sofreu mutilações -e que tem laços de amizade com o desaparecido- e assim por diante.

Quanto mais catastrófica a situação for percebida pelo grupo que a experimenta, mais propenso ele fica para mobilizar diversos e inusitados mecanismos físicos, psíquicos e culturais, a fim de lidar com as facetas críticas de seu desenrolar. Enquanto, de imediato, há variadas gradações de êxito, individual e coletivo, nas tentativas de sobrevivência, de socorro e de elaboração de sentidos pertinentes ao contexto, novos desafios se sucedem após tais agruras. Alguns dos que sobrevivem fisicamente ilesos podem vir a apresentar sintomas de estresse pós-traumático (GALEA; NANDI; VLAHOV, 2005), enquanto que outros, vitimados por severas mutilações, podem se sentir tão aliviados, por terem sobrevivido, que se mostram mais resilientes psicologicamente, lidando satisfatoriamente com os desafios de recomposição de sua autoimagem física. Além disso, laços intracomunitários são reforçados, através da priorização que seus membros dão a estratégias compartilhadas de fuga do perigo iminente e de apoio mútuo (VENTURATO-LANDMANN, 2014; IBRAHIM, 2018). De outro lado, a prática de saques amplia a sensação de esgarçamento do tecido social e insegurança coletiva no lugar afetado (ROCA, 2014). Porém, ambas as situações podem expressar o despreço coletivo quanto a um Estado inapto para responder à altura do exigido. Não há linearidade nas formas de associação entre componentes físicos, psíquicos e sociais que definem a gravidade da crise, assim como no relativo às iniciativas locais para amainá-la.

### **A dor moral provocada pelos que agem em nome do ‘bem’**

Dentre os atores que vão rapidamente ao encontro de comunidades afetadas em desastres, destacam-se: os técnicos em emergência; as organizações

da sociedade dedicadas à assistência humanitária e congêneres; e, por fim, a mídia de massa. Os técnicos, oriundos de diferentes setores do serviço público -agentes de defesa civil assistentes sociais, bombeiros, policiais, médicos, enfermeiros e outros-, por atuarem em processos de interoperabilidade e gravitarem mais proximamente ao centro do poder, dentro de uma racionalidade compatível com o tempo político e burocrático estatal, têm maior possibilidade de influenciar as autoridades locais quanto à definição do problema e os encaminhamentos a serem tomados. Como enfatizam Boin, Ekengren e Rhinard (2013), crises não falam por si mesmas, mas pela compreensão de seus intérpretes. Tal proximidade tem sido estendida aos meios de comunicação de massa, que são treinados, absorvem e se adequam à ótica técnica de emergência, para, como contrapartida, terem as suas equipes bem acolhidas na busca de furos de reportagem em tragédias (SCALON; ALLDRED, 1982; SCALON, 2011).

Esta triangulação de atores amplifica uma narrativa que confunde evento, emergência e desastre, produzindo efeitos nocivos na relação com as comunidades vitimadas. Sob um prisma sociológico, a ideia de *evento* se relacionaria ao recorte cronológico do acontecimento físico, que se manifesta como algo perigoso a um dado meio social. Trata-se, por exemplo, de uma inundação urbana, um incêndio florestal, um escorregamento de massa, um colapso de barragem e demais eventos com origens diversas. Já a *emergência* estariareferida à cronologia definida pela administração pública local, nas providências excepcionais a serem tomadas durante ou imediatamente após o início desses eventos. Os desastres, por seu turno, se referem à temporalidade social do sofrimento coletivo, que pode abranger desde as impossibilidades de autoproteção imediata, diante o evento, como também ultrapassar o período de emergência, quando os danos e prejuízos havidos não foram ressarcidos, bem como as restrições múltiplas para a restauração das rotinas das vítimas que ainda prevalecem (Quadro 5). E, em meio a essa compreensão pasteurizada, as organizações da sociedade vão se adequando para encontrar o seu espaço de intervenção e legitimação junto às vítimas.

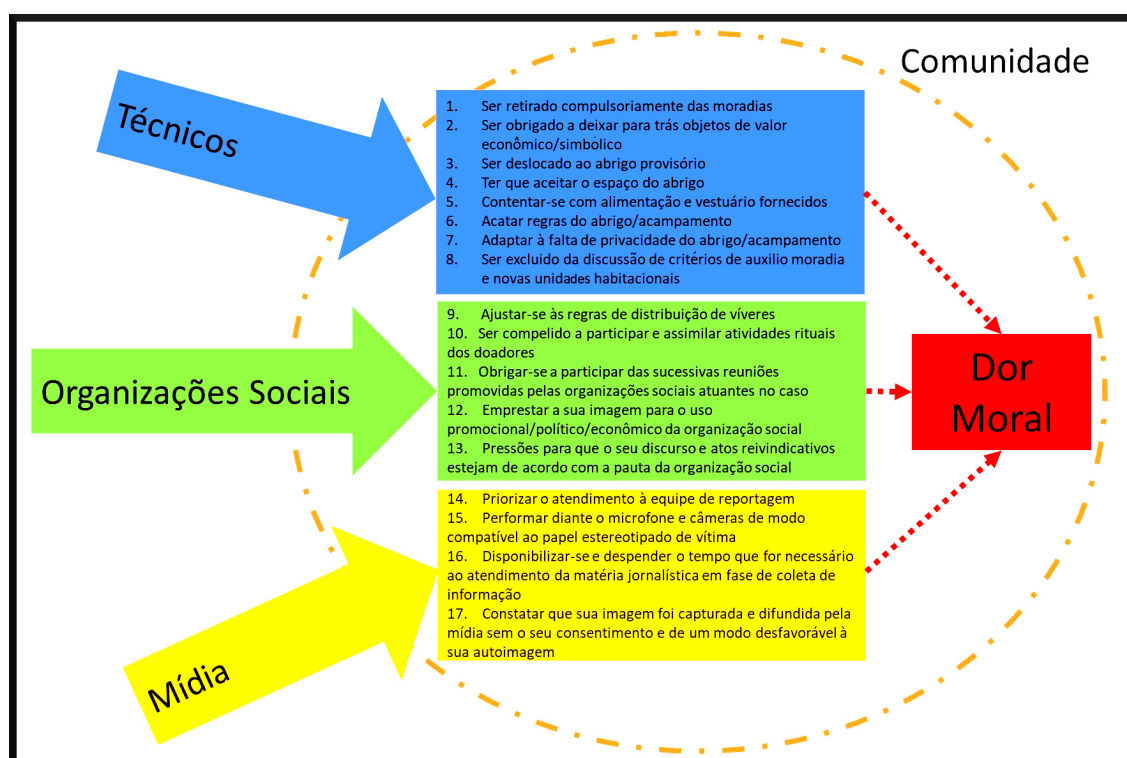
Quadro 5: Distinções entre evento, emergência e desastre.

TIPO	EXTENSÃO TEMPORAL	CARACTERÍSTICAS
<b>Evento</b>	=====	Tempo cronológico de manifestação de um dado fator de perigo
<b>Emergência</b>	=====	Tempo burocrático exigido para a tomada de providências excepcionais pelas autoridades competentes
<b>Desastre</b>	=====	Tempo social no qual é deflagrado e vivenciado o sofrimento decorrente das perdas e danos havidos

Fonte: Elaboração dos autores

Ainda que a sinergia destas três frentes de interação pareça oferecer um provimento providencial às vítimas, em termos de serviços vitais de reabilitação ou de comunicação ampla do acontecimento ao restante da sociedade, cada qual vai estabelecendo uma relação de autoridade com as mesmas, de modo a se tornar um novo fator estressante em suas vidas (Quadro 6).

Quadro 6: Interações sociais suscitadoras de dor moral em vítimas de desastres.



Fonte: Elaboração própria dos autores

Nos desastres catastróficos, os serviços técnicos de emergência gradativamente adotam e sucumbem a práticas mais autoritárias, que priorizam tratar o problema de forma a restituir a ordem social. Assim, controlam as vítimas como se fossem revoltosas, esquecendo as suas reivindicações (TIERNEY; BEVC; KULIGOWSKY, 2006).

A dor moral do abandono social em que se veem as vítimas (BULLARD, 2006) também está presente nos percalços enfrentados na sua migração forçada, devido às condições materiais precárias no seu lugar de origem, que inviabilizaram a sua permanência. Passam a ter que lidar com autoridades civis e militares de outras localidades, as quais desconsideram o desastre recém experienciado e interpretam o estado de penúria das vítimas como um indício de suspeição sobre a sua pessoa, impondo limites ao seu trânsito, bem como negando oportunidades de integração ao lugar de destino. Tal trajetória extenuante, pontuada por carências, humilhações e anseios gradualmente desmantelados, enseja vulnerabilidade psíquica aos que a trilham (OLIVER-SMITH, 2006; VALENCIO, 2014; BARROS, MARTINS-BORGES, 2018).

No ápice da crise, na localidade onde se desenrola, ocorrem ondas de assistencialismo e benemerência -por vezes, se sobrepondo e, noutras, com o aval das autoridades locais-, cujas organizações correspondentes, formais ou informais, tomam para si o controle de bens e serviços vitais de reabilitação, desde o controle da logística de recepção e distribuição de donativos, até a gestão de abrigo provisórios, impedindo o que restava de autodeterminação das famílias, na organização de sua vida cotidiana e de seus recursos de voz. Muitas vezes, tais ondas são deflagradas a partir da ampla cobertura midiática do caso, que traduz a cena como incapacidade de auto-organização da sociedade local (PHILLIPS, 1986). Organizações humanitárias passam a se manter a partir de doações que recebem, por atuarem em tais episódios, e passam a definir as rotinas das vítimas, desde os itens e as quantidades da alimentação familiar diária, até os critérios para distribuição de vestiário e de água. Além disso, impulsionam a autoimagem organizacional ou pessoal do atendente, às custas da depreciação e aviltamento da dignidade do sujeito atendido. Ademais, militares reformados participam ou tomam a frente de organizações humanitárias, e os mesmos têm, assim, a opor-

tunidade de impingir uma visão não civil de sociedade, no modo de construir sentidos e interagir com as vítimas.

Na sua revisão de literatura sobre mobilizações, Losekann (2017) menciona tanto emoções que provocam a ação (a raiva, por exemplo), quanto emoções paralisantes (a gratidão e a obediência, por exemplo), além de emoções acionadas por sentimentos de injustiça e indignação, que podem ser agregadores e direcionados à ação coletiva (em protestos, por exemplo). Não obstante, é preciso considerar que tais sentimentos podem ser canalizados por organizações e movimentos que, diante a visibilidade midiática do desastre no qual atuam, passam a abordar e arregimentam as vítimas para que o seu sofrimento tome a exata medida, em sua narrativa e práticas, da pauta que lhe é oferecida. Não se está discutindo o quanto estas pautas possam ser meritórias, em termos de assistência humanitária, de luta por direitos de cidadania ou justiça social, mas o modo de interação violento, no qual o sofrimento da vítima perde a sua especificidade, e não são respeitados os tempos e espaços próprios de reorganização subjetiva e intersubjetiva da família e da comunidade afetada.

Essa nova frente, que pressiona as vítimas, se depara com um leque de conflitante de interesses envolvidos na gestão de um desastre, com diferentes expertises, que apresentam gradações distintas de disposição, para estabelecer uma comunicação relacional e não violenta, capaz de respeitar o conhecimento adquirido com a experiência de sofrimento da vítima (MATTEDI, 2018). Uma vez que a gestão dos desastres se dá predominantemente através de relações verticalizadas, vítimas são instadas a se adaptarem ao linguajar, à dinâmica e ao receituário técnico, para que os seus procedimentos sejam aceitáveis, em um infundável preenchimento de formulários, regras de interação e outros dispositivos que lhes são estranhos e estressantes (ZHOURI *et al*, 2017). Os laços de vizinhança, agora, precisam ser reelaborados como ‘comissões’, por exemplo, e as tentativas de associativismo esbarram em várias desconfianças e desentendimentos, que minam as suas relações (LOSEKANN, 2017).

E, por fim, equipes de imprensa, ao chamar a atenção de todos quando presentes na cena, enquadram as vítimas conforme uma visão preconcebida do problema, o que facilita a organização da informação que será levada ao públi-

co. O discurso jornalístico ancorará os acontecimentos, sujeitos e problemáticas, conforme os valores do veículo. Além disso, ele se relaciona a outros discursos já disseminados (WINCH, 2017). Em contexto de desastres, buscam regularmente compatibilizar a sua narrativa com a visão dominante e privilegiar a escuta às vozes oficiais, cujas declarações são reproduzidas sem análise crítica ou investigação independente (BARRIOS; CABRERA; VEGA-ESTARIRA, 2017). A mídia, especialmente os telejornais, tem como parâmetro diferentes critérios de noticiabilidade e adotam variadas e simultâneas formas de endereçamento, que não são assimiladas passivamente pelos espectadores, pois interagem com suas experiências e conhecimentos (AMARAL; POZOBON; RUBIN, 2013), produzindo variadas sínteses. Porém, a contínua repetição de um mesmo problema, em variadas notícias e adotando uma abordagem similar, tende a provocar a sua apreensão coletiva em eixos principais comuns, variando em aspectos periféricos. Desastres expressam a falha de proteção ao meio social, que se viu afetado e havia responsabilidades para tal. Quando a mídia deixa escapar este aspecto em seu eixo principal, fica incompreensível as animosidades da comunidade afetada assim como a necessidade coletiva de renegociar as relações de confiança com as autoridades locais. Quanto maior a crise, maiores as chances de que haja controvérsias sobre quem foi responsável pela situação (SCHNEIDER, 2008; PELLING; DILL, 2010; CASAGRANDE *et al*, 2015).

## Conclusões

Embora o sofrimento coletivo e multifacetado das vítimas seja um componente fundamental de um desastre, esse tipo de crise não se resolve se tal aspecto for deixado para trás, depois que o evento e a emergência cessam. Os diferentes grupos técnicos e organizações que intervêm na situação, justificando a sua presença para atenuar o sofrimento, podem, de fato, agravá-lo. Outro fator que pode ser prejudicial é a forma como a mídia interage com as vítimas, interpreta as suas vivências, angústias e anseios, e difunde o caso. A presteza, a solidariedade, a bondade caritativa e as causas politicamente mobilizadoras podem se transformar em novos modos de opressão social das vítimas. Quanto mais

assediadas, mais longe estão de sua autodeterminação e da possibilidade de retomada das rotinas normais de suas vidas.

Os que são colocados em tal situação de exposição e suscetibilidade se deparam com a contradição de ações de terceiros. Estes focalizam o seu drama, pessoal e coletivo. Entretanto, o seu *modus operandi* de reabilitação pode ser pouco convergente com a delicadeza necessária para lidar com as circunstâncias variadas de sofrimento, bem como estar em desconformidade com a proteção da dignidade do grupo abordado. Se as vítimas deixam de ser vistas como sujeitos sociais que precisam que suas vidas sejam reparadas em sua integralidade, e passam a ser representadas apenas a partir de alguns fragmentos de suas demandas, a serem geridas desarticuladamente em relação às suas expectativas, o sentido da vida pode se perder.

Além disso, os indivíduos podem se sentir psicologicamente em crise, quando certas situações estressantes provocam falhas em mecanismos internos de preservação de sua saúde mental e os caminhos para a retomada de suas rotinas da vida cotidiana são inviabilizados (FLANNERY JR; EVERLY JR, 2000). Ademais, uma coletividade pode passar por uma crise, delineada pela sinergia dos casos individuais e comuns ao grupo. A dor moral, produzida pela memória das insistentes interações sociais violentas no ápice da crise, além da procrastinação ou a inadequação na implementação de soluções recuperativas podem ser um dos estressores que intensificam a crise, mesmo quando ela já não esteja mais no âmbito das prioridades das autoridades, do interesse das organizações sociais e das pautas da grande mídia.

Dimensões espaciais, materiais e econômicas são as mais focalizadas na vocalização oficial, encontrando receptividade na mídia. Mas, sua importância é relativa dentro do sofrimento coletivo. Os atores que procuram influir na crise seguem desatentos para a quantidade de dor moral que podem infligir nas vítimas se colaborar para a estigmatização (GOFFMAN, 1988) das mesmas. Isso ocorre, através do controle repressor de autoridades, que enxergam o desastre como desordem; da postura benemerente ou politicamente mobilizadora de organizações sociais, que requerem a reativização das pessoas afetadas, para atendê-las ou apoiá-las e seu ajustamento às pautas predefinidas em outra escala de lutas



sociais; por fim, da pressa em repercutir o caso, que reafirma concepções parciais, incompletas ou equivocadas do problema. Tais forças, juntas, colaboram para uma evolução desfavorável do caso, para as vítimas. Com o passar do tempo, são chamadas de indolentes, quando as providências públicas emergenciais cessam e o seu lugar se mantém destruído e desamparado; de aproveitadoras, quando reivindicam medidas compensatórias dos responsáveis pelo desastre e, ainda, de oportunistas, quando querem fazer jus ao direito a uma moradia nova, frente à interdição da moradia afetada na ocorrência.

Uma vez que o propósito que move tais atores externos aparenta ser muito louvável, e mesmo providencial, as vítimas têm pouco espaço de manobra para adotar narrativas próprias e estratégias emancipadas de ação. No ápice da crise, sendo intensamente abordadas pela força institucional ou organizacional desses novos interlocutores, que se apresentam com seus rudimentos materiais, habilidades específicas e força física e simbólica, as vítimas vão se rendendo, em seu comportamento e discurso, até serem funcionais à dinâmica no qual os primeiros atuam. Interações como estas podem ser consideradas como parte constitutiva de uma nova barbárie contemporânea. Nesse sentido, é preciso discutir como evitá-las.

## Referências

AMARAL, Márcia Franz; POZOBON, Rejane de Oliveira; RUBIN, Anaqueli. Modos de endereçar a tragédia: indignação, testemunho e piedade. *Lumina*, v. 4, n.2, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/133>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ANTONIO, Layla Stassun. *Desafios de (des)proteção de animais em contexto de desastres: o caso de Teresópolis/RJ, São Carlos*. (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

BARRIOS, Marta Milena; CABRERA, Jesús Arroyave e VEGA-ESTARITA, Lina. El cambio de paradigma en la cobertura informativa de la gestión de riesgo de desastres. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 136, p. 129-144, 2017. Disponível em: < <http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/download/3318/2980>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BARROS, Allyne Fernandes Oliveira; MARTINS-BORGES, Lucienne. Re-construção em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes

Haitianos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n.1, p. 157-171, 2018. DOI: [10.1590/1982-3703003122016](https://doi.org/10.1590/1982-3703003122016)

BOIN, Arjen; EKENGREN, Magnus; RHINARD, Mark. *The EU as crisis manager*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BULLARD, Robert. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: HERCULANO, Selene.; PACHECO, Tânia (Orgs.). *Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: FASE, 2006, p. 126-147.

CASAGRANDE, David; MCILVAINE-NEWSAD, Heather e JONES, Eric. Social networks of help-seeking in different types of disaster responses to the 2008 Mississippi river floods, *Human Organization*, v. 74, n. 4, p. 351- 361, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2NTxL3f>>. Acesso em: 29 jul. 2018

DAS, Veena. *Critical events: an antropological perspective on contemporary India*. Nova Délhi: Oxford University Press, 1995.

FLANNERY, Raymond Jr; EVERLY, George Jr. Crisis intervention: a review. Intern. *Journal of Emerg. Mental Health*, v. 2, n.2, p. 119-125, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2v1HyNK>>. Acesso em: 29 jul. 2018

FRANCO, Maria Helena Pereira. Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. *O Mundo da Saúde*, v. 36 , n.1, p. 54-58, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2AkzexX>>. Acesso em: 29 jul. 2018

FREDDY, John e SIMPSON Jr, William. Disaster-Related Physical and Mental Health: A role for the family Physician. *Am. Fam. Physician* ,v. 75, n.6, p. 841-846, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2mTVsgy>>. Acesso em: 29 jul. 2018

FRITZ, Charles. Disasters. In: MERTON, R; NISBET, R. (Orgs). *Social problems*. New York: Harcourt Brace, 1961.

GALEA, Sandro; NANDI, Arijit; VLAHOV, David. The epidemiology of post-traumatic stress disorder after disasters. *Epidemiologic Reviews*, v.27, p. 78-91, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2LAtzZC>>. Acesso em: 29 jul. 2018

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

IBRAHIM, Samira Younes. *Análise das memórias coletivas dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá, Petrópolis, RJ*. (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

LOSEKANN, Cristina. “Não foi acidente!” O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andrea (Org.) *Mineração, Violências e Resistências- - um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, PA/ABA: Editorial iGuana, 2017, p. 65-110

MARCHEZINI, Victor. *Campos de desabrigados - a continuidade do desastre*. São Carlos: Rima, 2014

MARJANOVIC, Zdravko; STRUTHERS, Chris Ward; GREENGLASS, Esther. Who helps natural-disaster victims? Assessment of trait and situational predictor. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, v. 12 ,n.1, p. 245-267, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2K2TCTz>>. Acesso em: 29 jul. 2018

MARRES, Geertruid; LEENEN, Luke; DE VRIES, Jolanda, MULDER, Paul; VERMETTEN, Eric. Disaster-related injury and predictors of health complaints after exposure to a natural disaster: an online survey. *BMJ Open* v.1, 2011. DOI: [10.1136/ bmjopen-2011-000248](https://doi.org/10.1136/bmjopen-2011-000248)

MATTEDI, Marcos. Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. *Tempo Social*, v. 29, n.3, p. 261-285, 2017. DOI: [10.11606/0103-2070.ts.2017.111685](https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.111685)

MORGAN, Oliver. *Management of dead bodies after disasters: a field manual for first responders*. Washington, D.C: PAHO, 2006.

OLIVER-SMITH, Anthony. Disasters and Forced Migration in the 21<sup>st</sup> Century. In: OLIVER-SMITH, Anthony (Org.). *Understanding Katrina Essay Forum: perspectives from the social sciences*. Social Science Research Council, New York : 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Oliver-Smith/>>. Acesso em: 30 nov. 2006.

PELLING, Mark; DILL, Kathleen. Disaster politics: tipping points for change in the adaptation of sociopolitical regimes. *Progress in Human Geography*, v. 34, n.1, p. 21- 37, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2LvPyRn>>. Acesso em: 29 jul. 2018

PHILLIPS, Brenda. The Media in Disaster Threat Situation: Some Possible Relationships between Mass Media Reporting and Voluntarism. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, v.4, n.3, p. 7 - 26, 1986. Disponível em: <<https://bit.ly/2NUKjYo>>. Acesso em: 29 jul. 2018

QUARANTELLI, Enrico. A social science research agenda for the disasters of the 21<sup>st</sup> century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: PERRY, Ronald; QUARANTELLI, Enrico (Orgs). *What is a disaster? New answers to old questions*. USA, International Research Committee on Disasters, 2005, p. 325-396.

ROCA, Andrea. Trajetórias, memórias e silêncios de um país telúrico: a propósito dos saques logo após o terremoto de 2010 na cidade de Concepción, Chile. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana (Orgs.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas*. São Carlos: RiMA, 2014, v. 4, p. 47-69.

SCANLON, Joseph; ALLDRED, Suzanne. *Media Coverage of Disasters: The Same Old Story*. Ljubljana (Yugoslavia): Technica lReport Paper, 1982. Disponível em: <<http://www.eird.org/esp/cdcapra/pdf/eng/doc13422/doc13422.htm>>.

Acesso em: 29 jul. 2018.

SCANLON, Joseph. Research about the mass media and disaster: never (well hardly ever) the twain shall meet. In: DETRANI, Jason (Org.), *Journalism Theory and Practice*. Binghamton: Apple Academic Press, 2011, p. 233-269.

SCHNEIDER, Sandra. Who's to blame: (mis)perceptions of the intergovernmental response to disasters. *The Journal of Federalism*, v. 38, n.4, p.715-738. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2veKfed>>. Acesso em: 29 jul. 2018

SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIENA, Mariana. A atenção social nos desastres: quando o deslocamento compulsório acontece. In: Valencio, Norma e Siena, Mariana. (Orgs.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas*. São Carlos: RiMa, 2014, v. 4, p. 151 -178.

SILVA, Telma Camargo. Tracing identities through interconnections: the biological body, intersubjective experiences and narratives of suffering. *Vibrant*, v. 12, p. 260- 289, 2015. Disponível em: <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=406941919008](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406941919008)>. Acesso em: 29 jul. 2018

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MALAGODI, Marco Antonio Sampaio. Desastres e remoções em Campos dos Goytacazes, RJ: o caso de Ururaí. In: LEITE, Adriana Filgueira; GOMES, Marcos Antonio Silvestre (Orgs.). *Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia, 2013, p. 35 - 66.

TIERNEY, Kathleen; BEVC, Christine; KULIGOWSKI, Erica. Metaphors Matter: Disaster Myths, Media Frames, and Their Consequences in Hurricane Katrina. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v.604, n.1, p. 57 -81 ,2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2LYjmmo>>. Acesso em: 29 jul. 2018

TORLAI, Viviane Cristina. *A vivência do luto em situações de desastres naturais* (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

TURNER, Edith. *Communitas – The Anthropology of Collective Joy*. New York: Palgrave MacMillan, 2012.

VALENCIO, Norma. *Para além do 'dia do desastre': o caso brasileiro*. Curitiba: Ed. Appris, 2012.

\_\_\_\_\_. A crise social denominada desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema. In: VALENCIO, Norma (Org), *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2013, v. 3, p. 3- 22.

\_\_\_\_\_. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3631- 3644, 2014. Disponível em: <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=406941919008](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406941919008)>.

[oa?id=63031699002](#)>. Acesso em: 29 jul. 2018

\_\_\_\_\_.; VALENCIO, Arthur. Media coverage of the ‘UK flooding crisis’: a social panorama. *Disasters*, v. 42, n. 3, p. 407-431, 2018. DOI: [10.1111/disa.12255](#)

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. *Da chuva atípica à falta de todo mundo: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

VENTURATO-LANDMANN, Raquel Duarte. “A alagação ofende!” *A invisibilidade de um desastre relacionado às cheias atípicas na RESEX Alto Juruá, Acre*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

WINCH, Rafael Rangel. As condições de produção do discurso da revista Superinteressante sobre a mudança climática (1995 – 2015). *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 136, p. 113- 128, 2017. Disponível em: <[www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/download/3283/2979](http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/download/3283/2979)>. Acesso em: 29 jul. 2018

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre no rio Doce: Entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Zhouri, Andrea (Org.). *Mineração, Violências e Resistências- um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, PA/ABA: Editorial iGua-na, 2017, p. 28 - 64.